

GRANDE MUDANÇA NO JOGO DÍVIDA

Bancos ingleses pretendem seguir o Citicorp e aumentar reservas para créditos incobráveis

Os principais bancos de Londres, a exemplo do que decidiu o Citicorp (Citibank), de Nova York, no início da semana, também pretendem aumentar suas reservas para cobrir eventuais perdas com as dívidas dos países do Terceiro Mundo. Porém, não devem anunciar por enquanto a decisão. Um diretor de um importante banco londrino, que pediu para não ser identificado, informou ontem que no final deste semestre os bancos tomarão medidas idênticas às do Citicorp, que aumentou em US\$ 3 bilhões suas reservas para créditos incobráveis. O banqueiro afirmou que há tempos os bancos ingleses vinham dando pequenos passos nessa direção, mas que a ação do Citicorp foi radical e rápida.

A Inglaterra é o país mais vulnerável a uma crise dos grandes devedores, depois de Estados Unidos e Japão. Por esse motivo, a decisão do banco norte-americano repercutiu em Londres com mais intensidade do que nos demais centros financeiros da Europa Ocidental. Analistas europeus comentam que aumentou o perigo de uma recessão mundial e de uma nova queda do dólar, com consequências funestas para os países exportadores. A Bolsa de Londres, o centro financeiro mais importante da Europa, caiu 40 pontos no dia seguinte ao anúncio do Citibank, com grandes perdas para as ações dos quatro bancos que mais emprestam dinheiro ao Terceiro Mundo: Midlans, Lloyds, Barclays e National Westminster. No total, esses bancos têm créditos a receber, somente dos quatro maiores devedores latino-americanos (Brasil, Argentina, México e Venezuela), de cerca de US\$ 16 bilhões. Ontem, as ações desses bancos voltaram a cair na Bolsa de Londres, embora com menos intensidade.

Em Washington, previa-se ontem que a decisão do Citicorp levará o problema da dívida externa do Terceiro Mundo a encaixar a agenda da reunião dos sete países mais ricos do Ocidente (entre eles o Japão), no dia 8 de junho, em Veneza (Itália). A dívida dos países em desenvolvimento normalmente figura na agenda das reuniões de EUA, Japão, Alemanha Ocidental, França, Inglaterra, Itália e Canadá e desta vez não será diferente, disseram fontes do governo norte-americano. Porém, é provável que se intensifiquem as pressões para que EUA, Japão e Alemanha Ocidental cumpram suas promessas de promover um crescimento econômico mundial, de forma a corrigir os desequilíbrios comerciais que afetam os países em desenvolvimento.

Os mercados financeiros se mostram cada vez mais céticos quanto à vontade das nações ricas em tomar medidas eficazes, atitude que, segundo analistas, poderia provocar outra queda do dólar. De acordo com um graduado funcionário de um grupo financeiro, o Citibank "disparou o primeiro tiro da guerra" e a atenção mundial deve se concentrar agora, mais do que antes, no problema do endividamento internacional. O governo Reagan se propõe a obter na reunião de Veneza apoio ao Plano Baker (do secretário do Tesouro, James Baker) para a crise da dívida e poderia utilizar a decisão do Citibank como argumento, opina o funcionário.

Entretanto, funcionários norte-americanos que participam dos preparativos para a conferência duvidam que as implicações da decisão do Citibank venham a ser discutidas em detalhes pelos líderes ocidentais, ainda que a questão pudesse figurar na reunião de ministros de Finanças que precederá a dos dirigentes máximos.

Em Nova York, os meios financeiros prevêem um endurecimento dos bancos comerciais em continuar emprestando dinheiro aos países em desenvolvimento e o agravamento da crise da dívida externa. "Se houver novos créditos, serão concedidos em bases muito mais duras", opina o professor Stuart Greenbaum, da Kellogg School da Northwestern University. "A capacidade dos bancos de conceder novos empréstimos recebeu um torpedo", diz George Salem, analista da firma Donaldson Lufkin & Jenrette Securities Corporation. Ademais, entendem os especialistas, as negociações para reestruturar a dívida externa dos países latino-americanos e dos demais em vias de desenvolvimento podem tornar-se "desagradáveis".

"Esta é uma nova era para a dívida", afirma Christine Bindert, ex-economista do Fundo Monetário Internacional e atual vice-presidente do banco de investimento Shearson Lehman Brothers, Inc. "É a primeira vez que um banco admite que a dívida não é um problema de liquidez, mas basicamente estrutural".

Bolsas

Queda na Bolsa de Tóquio, temores generalizados de uma recessão mundial e de uma nova queda do dólar: no Japão, a decisão do Citicorp produziu um miniterremoto, segundo um jornalista. O Japão tem créditos com as nações em desenvolvimento, especialmente na América Latina, da ordem de US\$ 46 bilhões. Por causa do fuso horário, a notícia só chegou ontem à Bolsa de Tóquio, que viveu um dia negro. Uma avalanche de vendas de dólares, a moeda diretamente afetada pela notícia, obrigou o Banco Central japonês a intervir no mercado.

Os mercados financeiros europeus se tranqüilizaram ontem: apenas a Bolsa de Londres caiu. Houve alta em Paris, Amsterdã e Frankfurt.

O Banco Mundial afirma: vai continuar emprestando ao Brasil.

O Banco Mundial (Bird) enviou ontem telex ao Ministério da Fazenda convocando uma missão técnica brasileira para estar terça-feira em Washington a fim de discutir os detalhes finais do contrato de empréstimo de US\$ 500 milhões da instituição para o Programa de Recuperação Setorial (PRS) do setor elétrico.

A discussão final do contrato significa que o Banco Mundial conserva sua confiança no Brasil e desmente as informações de que a instituição teria suspenso a concessão de empréstimos ao País, disse o secretário adjunto de Assuntos Internacionais da Fazenda, Ivo Pereira.

No entender de técnicos da Fazenda, a convocação do Bird é uma espécie de "relatório positivo" do banco sobre a economia brasileira. Só no ano passado, o Bird liberou US\$ 500 milhões para este programa. Pereira acredita que o contrato dos novos US\$ 500 milhões deverá estar assinado em julho próximo e que todo o montante estará liberado até o início de 1988.

O longo drama da dívida internacional entrou numa nova era, como constataam importantes analistas econômicos norte-americanos, dois dias depois que o Citicorp, o maior banco dos Estados Unidos e o maior credor do Brasil, anunciou que elevava em 3 bilhões de dólares suas provisões para enfrentar eventuais perdas por maus empréstimos.

A "nova era" está no título do *The Washington Post* de ontem. "Uma nova era para a dívida", reconheceu também uma antiga economista do Fundo Monetário Internacional, para quem o Citicorp foi o primeiro banco a descobrir que a dívida não é um problema de liquidez, mas basicamente estrutural. "A morte do tradicional caminho para tratar da dívida", concluiu o consultor Norman A. Bailey.

"Uma nova abordagem para a crise da dívida", pressupõe o *The New York Times*. Numa análise asinada por Eric N. Berg, em sua primeira página, destacam-se quatro princípios da "nova era": 1) Novos empréstimos para os países endividados vão, provavelmente, cair; 2) As renegociações da dívida serão mais dolorosas; 3) Crescerão os apelos para que o problema da dívida seja solucionado a nível governamental; e 4) A comunidade bancária, que já era dividida, ficará ainda mais fragmentada.

A grande vítima da "nova era" proclamada pelo Citicorp, na última terça-feira, serão os novos empréstimos, segundo os analistas consultados pelo *The New York Times*. A conclusão do jornal está em seu primeiro editorial de ontem — "Veja: um banco honesto". Nele destacam-se algumas conclusões, como a de que o Citi "merece crédito por ter injetado uma construtiva nota de realidade para negociações sobre a dívida do Terceiro Mundo", e a de que "os acionistas preferem conhecer o pior". O Homem por trás de todo este choque provocado no sistema financeiro internacional, de um golpe só, teve um tratamento de herói, com o seu perfil abrindo o caderno de economia: John Shepard Reed, 48 anos, casado, pai de quatro filhos, cujos nomes começam com "T" — Traci, 22, Timothy, 19, Tefford, 16, e Tenely, 12.

Reed, finalmente, saiu da sombra de seu mestre e predecessor no banco, Walter B. Wriston, optando por dar ao Citi a sua primeira grande perda desde a Grande Depressão. "Mas por que ele fez isto conosco?" — perguntam-se os banqueiros, segundo um banqueiro que pediu ao *The Wall Street Journal* que não o identificasse. "O Garoto", como Reed era chamado, tem a fama de "homem mau", aquele que despede funcionários sem a menor consideração, e que não liga a mínima para a sobrevivência de sua concorrência. "Eles estão (o Citicorp) dizendo: nós somos os mais fortes, somos os melhores, vamos fazer com que a vida fique difícil para todos os nossos competidores que estão comprando bancos no Texas".

Mas o *The Wall Street Journal* revela, reticente, em seu editorial de ontem, "A prata de impacto é bastante compreensível, pois apesar dos grandes números, a decisão do Citicorp é principalmente simbólica". O banco, na verdade, não está abrindo mão de seus direitos contra os devedores do Terceiro Mundo. E os empréstimos que fez não estão nem mais nem menos ameaçados de ser ou não ser pagos do que na semana passada. O fluxo de dinheiro do banco não vai mudar muito, e uma maior parte dele vai ser chamada de reservas de empréstimos ao invés de lucros. O jornal ainda sugere que o banco poderá poupar no imposto de renda, concluindo que "o déficit comercial dos Estados Unidos não é a imagem no espelho do superávit comercial do Japão, mas a imagem no espelho da bancarrota do Terceiro Mundo", que deixou de ser um grande mercado para os produtos norte-americanos.

O senador democrata William Proxmire, um crítico da estratégia dos bancos para enfrentar a crise da dívida, vai introduzir uma emenda requerendo que outros bancos imitem o Citicorp, aumentando suas reservas para cobrir prejuízos com empréstimos não honrados. Mas outro senador democrata, Bill Bradley, acha que a Nova Era Reed "não vai restaurar o crescimento na América Latina, nem aumentar os empregos nos Estados Unidos".

William Cline, do Instituto de Finanças Internacionais, considera que a Nova Era vai intensificar a pressão para que o Brasil elabore um plano econômico aceitável para seus credores. "Isto é um sinal, para o Brasil, de que o Citicorp não pode ser chantageado", ele diz, mas outros economistas, citados pelo *The Washington Post*, acham, ao contrário, que a nova era pode ser de concessões e alívio para os países devedores.

Moisés Rabinovici, de Washington

Importação de petróleo não está sendo afetada

A Petrobrás negou ontem no Rio que esteja enfrentando dificuldades na obtenção de cartas de crédito para importação de petróleo bruto, como foi noticiado no Exterior. Segundo o chefe-adjunto do Serviço Financeiro da empresa, Mário da Silva Oliveira, a Petrobrás não foi afetada pela decisão do Citibank de dificultar a concessão de cartas de crédito para empresas brasileiras, porque não opera com cartas de crédito daquele banco. Oliveira esclareceu, ainda, que a Petrobrás mantém com o Citibank um relacionamento de pequena expressão comercial, não envolvendo cartas de crédito.

O chefe do Serviço Financeiro da Petrobrás também revelou que a empresa não enfrentou recentemente dificuldades em suas operações de importação de petróleo. Assessores da empresa lembraram, que, quando o Brasil decretou a moratória, a Aramco, consórcio formado pelas empresas multinacionais que operam na Arábia Saudita, fez exigências à Petrobrás, mas tais exigências foram repelidas e os fornecimentos de petróleo saudita continuaram no seu ritmo normal.

Dificuldade — A crise cambial brasileira, com a falta de divisas para importações, e os efeitos da moratória no Exterior, que dificultam a obtenção de empréstimos de curto prazo, estão prejudicando o desempenho das indústrias do setor de máquinas e equipamentos. Segundo Luís Carlos Delsen de Leite, presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Máquinas (Abimaq), muitas empresas do setor estão sendo obrigadas a reduzir o ritmo da produção, à espera de componentes importados, inexistentes no mercado interno, que demoram a chegar ao País, sobretudo devido à morosidade com que a Cacex libera as guias de importação.

Uma nova era nas negociações. É a opinião da imprensa e de economistas dos EUA